

Falando De Direito

Boletim Informativo da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos
"Margarida Maria Alves"

Ano 2 - Nº 4 - abril, maio e junho de 2005

Prefeitos alegam falta de recursos para moradia

Aline Oliveira

Celebrando cem dias de gestão, os prefeitos dos três municípios onde a Fundação Margarida Maria Alves atua estão enfrentando um problema em comum: a falta de recursos próprios para investir em construção de novas moradias. Como herdaram orçamentos aprovados pelas gestões que lhes antecederam, Ricardo Coutinho, de João Pessoa, Jota Júnior, de Bayeux e Marcos Odilon, de Santa Rita, justificam a dificuldade de ampliar a construção de casas populares com os cofres destinados a urgências e outras prioridades.

Em Bayeux, a prioridade de Jota Júnior é atender os desabrigados das enchentes provocadas pelas chuvas do início do ano passado. Nesses primeiros meses, foram construídas 40 casas, todas destinadas as famílias que foram cadastradas pela Defesa Civil do Estado.

As casas estão sendo construídas com recursos do Governo Federal e devem ser entregues às famílias até junho.

Além dessas primeiras, existe uma previsão de que outras 120 sejam construídas para o mesmo fim, mas o projeto para captação de mais recursos federais ainda está sendo elaborado pela prefeitura.



Fabiana Veloso

Projetos devem construir 420 casas nas três cidades até o final do ano

por não conseguir até agora dar a importância devida ao assunto. Ele explica que teve de dar prioridade a outros problemas menores, mais baratos, mas urgentes. No caso da capital, há também a falta de terrenos públicos disponíveis para esse fim. E como o prefeito se dispôs

a não construir em áreas reservadas a aparelhos comunitários, nem em áreas verdes, restam poucas opções.

Por enquanto, 30 hectares foram desapropriados, onde serão construídas 200 casas através de convênio com a Caixa Econômica Federal. Já foram investidos R\$ 1,2 milhão na aquisição do terreno. Mas ele garante que o local tem todas as condições necessárias para saneamento, áreas de lazer e equipamentos comunitários.

Em Santa Rita, dois convênios foram assinados com o Ministério das Cidades e estão aguardando apenas pendências de engenharia para que os recursos sejam liberados. Juntos, eles vão garantir R\$ 413 mil para a construção de 60 casas. O cronograma da prefeitura prevê que a obra deve terminar até junho.

O prefeito Marcos Odilon Ribeiro Coutinho explicou que, como os projetos foram elaborados no período em que a cidade estava em estado de calamidade pública, a parte social está sendo refeita. Assim, é possível que as casas atendam outras famílias, além das que foram vítimas das enchentes.



Arquivo

Editorial

Parece que a cultura do “aos amigos, tudo, aos inimigos a lei” está se fazendo valer nas altas esferas do poder público brasileiro. A mais recente prova o grave problema de falta de ética que atende pelo nome de nepotismo, e que volta a ser notícia quando os Deputados querem que ele seja liberado.

A arte de empregar parentes para tudo quanto é cargo público deixou de ser velada no Brasil já há algum tempo, mas o que tem se visto nos noticiários é mais que uma vergonha: é um acinte ao povo brasileiro.

Não apenas no Poder Legislativo, mas em todos os outros, é preciso acabar com essa prática e garantir que o direito de acesso a um emprego público seja respeitado. A obrigatoriedade de concurso deve ser uma regra para todos, sem exceções.

A Fundação Margarida Maria Alves espera que nossos legisladores tomem consciência do fazer político. Ao contrário, nepotismo é um desserviço à cidadania e aos direitos do homem.

EXPEDIENTE

Falando DHireito é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.

End. Rua 13 de maio, nº 40, Centro CEP: 58013-070 João Pessoa- PB. Tele-fax: 221 3014/ e-mail: fddhmma@uol.com.br

Jornalista responsável: Aline Oliveira, DRT: 1963/PB

Reportagem: Aline Oliveira e Érika Targino

Diagramação: Érika Targino

Tiragem: 500 exemplares.

Apoio: Cafod, Cordaid e Misereor

Impressão: Gráfica JB



Cidadão deve exercer controle social

*Verônica Rodrigues,
técnica da Fundação*

Vivemos um momento de muitas discussões políticas, estamos analisando os cem primeiros dias dos governantes municipais, discutindo sobre o nepotismo instalado nos três poderes... os assuntos da política parecem estar na moda. Melhor será se isso não for apenas moda, mas um amadurecimento de nosso senso de democracia que exige cada vez mais a participação efetiva. E essa participação não pode mais se resumir às eleições, nem apenas a reclamar quando nossos direitos são violados.

É preciso entender que as políticas públicas, que devem suprir os direitos de todas as pessoas (não apenas da parcela da população que votou nos candidatos eleitos), são custeadas por nossos impostos, não podem ser utilizadas como instrumento de troca e a partir dessa compreensão se faz necessário implementar estratégias para acompanhar o que está sendo feito, como e com que recursos.

Assim, compreender o funcionamento dos órgãos públicos, discutir e acompanhar o orçamento, onde estão previstos os recursos e como serão gastos e a efetiva implementação do dinheiro arrecadado, exigir atendimento dos

setores públicos, não pode ser coisa para técnico, mas para todos os cidadãos e cidadãs, que se assim não o fazem, perdem força de reivindicação, por não conseguirem exercer o efetivo controle social.

Os canais de participação já estão implantados, precisamos agora efetivar o seu funcionamento, através de um processo educativo amplo para o exercício da cidadania relativo a desmistificar o

tecnicismo que sempre quer provar que os gestores entendem mais as nossas necessidades que nós mesmos.

Na Paraíba uma experiência nesse sentido tem sido desenvolvida pela Articulação Estadual de Políticas Públicas, que é uma mobilização

formada por entidades, fóruns, redes e movimentos populares, que buscam agregar e desenvolver experiências de monitoramento das políticas públicas. A Articulação tem desenvolvido nos últimos anos processos de capacitação para conselheiros e lideranças dos movimentos populares, buscando socialização de experiências, o aprimoramento da participação popular e incentivando o competente acompanhamento da construção e implementação das políticas.

Os canais de participação já estão implantados, precisamos agora efetivar o seu funcionamento.

Nova diretoria assume Fundação para dois anos

Equipe técnica recebeu novos diretores e apresentou a sede própria

Érika Targino

A Fundação Margarida Maria Alves elegeu, dia 31 de março, seus novos presidentes. Socorro Praxedes, a presidente, e seu vice Haroldo Serrano irão formar a nova diretoria da Fundação. Dez dos treze nomes que vão compor o novo conselho curador também já foram definidos, faltando apenas a indicação dos nomes que irão compor o conselho fiscal da organização. Movimento DCA, a Casa Pequeno Davi, CAIS, o Grupo Flôr Mulher, a Sociedade de Assessoria aos Movimentos Sociais (Samops), são organizações da sociedade civil que integram o conselho da Fundação.

A primeira reunião entre a nova diretoria e o corpo técnico da Fundação, foi realizada dia 14 de abril. Nela os novos integrantes da equipe técnica foram apresentados a atual diretoria, houve repasse das atividades, planejamento das ações, além de uma breve apresentação do

histórico da Fundação. “As expectativas são muitas e a principal é contribuir ao máximo com o trabalho da Fundação, estando sempre a disposição da equipe planejando e discutindo as ações”, declara Socorro.

Mas as mudanças não



Socorro quer ajudar no planejamento das ações

param por aí. A Fundação adquiriu uma nova sede situada na rua Irineu Joffily, 185 – Centro. Acasa passa por um processo de reforma que tem previsão de encerramento para o final de maio, possível data da mudança. “A nova ‘morada’ virá para nos dar uma maior estabilidade e segurança além de acomodar

melhor nossos técnicos, atividades e o público por nós atendido”, garante Marcina Pessoa, coordenadora de projetos da FDDHMMA.

Perfis

Conheça o perfil das pessoas que irão compor a nova diretoria da Fundação.

Socorro Praxedes - Advogada, integrante da diretoria do Samops, acompanha também o trabalho da ong PARAI'WA e do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Haroldo Serrano - Advogado a mais de 36 anos, já acompanhou o trabalho da Fundação

durante seis anos, quando representante da Arquidiocese da Paraíba no arcebispado de Dom Marcelo Pinto Cavalheira. Atuou como Vice-presidente da Fundação de 1999 a 2002. Atualmente é advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande.

Agenda de Reuniões

Diretoria

25/04 - Reunião extraordinária (17h)

16/06 - Reunião ordinária (17h)

18/08 - Reunião ordinária (17h)

01/12 - Reunião ordinária (17h)

Conselho Curador

09/06 - Reunião ordinária (14h)

15/09 - Reunião ordinária (14h)

06/12 - Reunião ordinária (14h)

Cordaid envia 5 mil euros para captação de recursos

Aline Oliveira

A Cordaid concedeu um financiamento de 5 mil euros para a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves para o desenvolvimento de um plano de captação de recursos. O plano da entidade foi avaliado como um dos dez melhores entre os 22 projetos apresentados ao Cordaid e pretende captar quase R\$ 404 mil em um ano. Esses recursos vão complementar o orçamento necessário ao funcionamento da entidade durante o triênio que termina em 2006.

Entre as estratégias apontadas pela Fundação como formas de captar recursos, estão o desenvolvimento de uma campanha para construir um auditório, que poderá ser alugado para a realização de eventos, além da reforma da nova sede e a

prestação de serviços de assessoria na elaboração de planos diretores municipais. Também devem ser confeccionadas bolsas, camisetas e agendas e outros produtos com a marca da entidade para serem vendidas. Além disso, serão promovidos eventos em datas alusivas ao aniversário da Fundação e à morte de Margarida Maria Alves e Dia Internacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A quinta estratégia é organizar e aprimorar o controle documental da Fundação. Assim, ela fica apta a captar recursos de fundos públicos nacionais e de fontes no exterior. Todas elas têm um único fio condutor: a sintonia com o compromisso de divulgar a causa da defesa dos direitos humanos, paralelo ao trabalho desenvolvido pela Fundação.

Programação

Abril

Curso de Formação de Juristas Populares:
Oficina Políticas Públicas e Controle Social, 23 e 24 de abril

Maio

Curso de Formação de Juristas Populares:
Oficina de Gênero, 14 e 15 de maio.
Encontro da Cenap, 19, 20 e 21 de maio

Junho

Curso de Formação de Juristas Populares:
Módulo de Direito Constitucional I, 4 e 5 de junho.

Fundação inicia seleção de novo advogado

Érika Targino

A Fundação Margarida Maria Alves está recebendo, de 14 a 29 de abril, as inscrições para seleção do novo advogado da organização. Para a admissão, será feita uma pré-seleção curricular, uma prova escrita com três questões subjetivas ligadas à temática trabalhada pela Fundação, que será realizada dia 11 de maio, e a entrevista, que será nos dias 12 e 13 de maio.

Os (as) candidatos (as)

devem ter, além dos conhecimentos jurídicos, um perfil de coordenador e facilitador de oficinas e cursos. “O trabalho diferenciado do advogado na Fundação é muito importante não só para o crescimento profissional, mas também pessoal e humano. Ele contribuiu muito na minha capacidade de interagir com públicos de diversas classes sociais” declara Gustavo Castello Branco atual advogado da Fundação.

O resultado da seleção

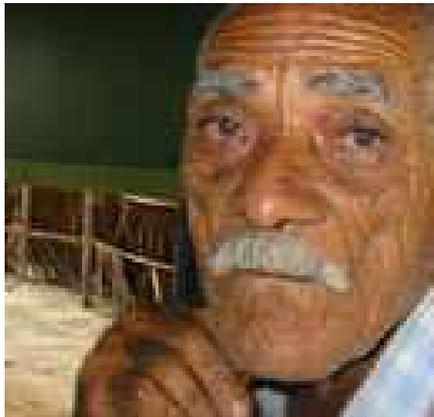
será divulgado no dia 20 de maio, com o novo profissional assumindo a função no dia 1º de junho.

Calendário da Seleção

13/04 - Abertura do Edital
14/04 - Início das inscrições
29/04 - Término das inscrições
06/05 - Resultado da pré-seleção
11/05 - Prova
12 e 13/05 - Entrevistas
01/06 - Início do trabalho

Liminar garante posse de terreno em Forte Velho

Érika Targino



Arquivo

Sipriano vive no terreno há 40 anos

A juíza titular da 4ª vara da comarca de Santa Rita, Ângela Coelho de Sales, concedeu no último dia 22, uma liminar que reintegra a Manoel Sipriano da Silva e sua esposa Maria Francisca da Silva a posse do terreno onde moram, em Forte Velho, município de Santa Rita.

Sipriano tem 90 anos e reside há mais de 40 em Forte Velho. Sempre viveu da pesca e da

agricultura de subsistência, cultivada no terreno ao lado de sua casa. Até julho do ano passado, não havia oposição por parte de ninguém que se dissesse dono do terreno sobre sua utilização.

Foi justamente nesse período que o casal foi obrigado a sair do local pelo comerciante Benjamim Pessoa, que colocou uma cerca na área e diminuiu 21 metros no terreno ocupado por Sipriano. A terra em questão é considerada propriedade de marinha por estarem às margens de rio ou mar e não podem ser de domínio particular, mas apenas ocupadas por moradores de baixíssima renda.

A Fundação tomou conhecimento do caso através de Luiz Carlos Almeida, representante da Associação de Moradores de Forte Velho. No dia 2 de março, a entidade entrou com uma ação de manutenção de posse com pedido de liminar para a reintegração de Sipriano na posse do terreno, que foi ocupado, há um ano, por Benjamim Pessoa.

Apesar da concessão da liminar, o cumprimento da determinação judicial por parte de Benjamim, demorou um pouco para ser realizada. Novamente a Fundação entrevistou e ingressou com uma petição, que conseguiu a retirada da cerca através de ordem do Oficial de justiça.

Em busca de uma solução para o caso, será realizada uma audiência de instrução e julgamento, que ainda não tem data marcada, para avaliação das provas apresentadas por ambas as partes no processo para, após análise destas, ser decretada a sentença pela Juíza.

Focoej aciona MP para liberação de estacionamentos

Aline Oliveira

O Fórum de Controle Externo do Judiciário (Focoej) entrou no último dia 1º de abril com uma petição junto aos Ministérios Públicos (MP) Estadual e Federal cobrando providências sobre a utilização das ruas ao redor de prédios da justiça como estacionamento privativo na capital. O caso mais gritante apontado pelo documento é o do Tribunal de Justiça, que reserva uma rua inteira para a utilização exclusiva de seus funcionários, mas há outros exemplos dessa prática em João Pessoa.

A denúncia também dá conta de que nem advogados e defensores públicos podem estacionar nesses espaços, mesmo sendo membros do Poder Judiciário, o que comprova o caráter elitista de tal medida. Segundo o Código Civil, as ruas são bens públicos e, por isso, de

uso comum do povo, não podem ser negociadas nem estão sujeitas a usucapião.

Com a petição, o Focoej pretende fazer com que o Ministério Público apure a responsabilidade pelos direitos violados, garantindo a democratização da cidade. Além disso, o documento requer a concessão de medida liminar que suspenda a proibição de estacionamento por cidadãos de fora do Poder Judiciário nessas áreas. O Fórum também quer que seja determinado o cumprimento do Plano Diretor da Cidade.

O Focoej é composto por várias entidades do movimento popular e ONGs, entre elas a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, que trabalha pela democratização da cidade. O Curador do Cidadão, Valberto Lira, está acompanhando o caso no Ministério Público Estadual.

Índios e portadores de deficiência física estão na nova turma de Formação de Juristas Populares

Érika Targino

Indígenas e grupos que trabalham com portadores de necessidades especiais participarão pela primeira vez este ano da quinta edição do Curso de Formação de Juristas Populares, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves. O curso, que teve início no último dia 9, contará com três oficinas, tendo como temas transversais **Direitos Humanos e Cidadania, Política Públicas e Controle Social e Gênero**. Além disso, haverá mais sete módulos sobre Direito Constitucional I e II, Civil, Penal, Trabalhista e Previdenciário, Organização do Poder Judiciário, Direito Urbano e Política Urbana.

As inscrições que foram feitas na sede da Fundação, tinham como pré-requisito a participação em algum grupo popular organizado que tenha mais de um ano, não podendo ser ONG ou pastoral. Cada organização pode inscrever até dois

participantes. As atividades estão sendo realizadas aos sábados e domingos, sendo em média dois fins de semana por mês.

Este ano o curso está envolvendo 27 participantes, vindos da Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Casa Branca, a Rádio Comunitária Diversidade, o Núcleo de Defesa da Vida Dom Hélder Câmara, Movimento Nacional de Luta por Moradia, a Casa da Mulher Renasce Companheira, Centro Comunitário de Jaguaribe Lurdes Maia, Centro de Assistência ao Portador de Deficiência Física, Associação Comunitária de Mussumagro, Associação Paraibana de Familiares, Amigos e Usuários dos Serviços de Saúde Mental, Associação dos Amigos e Moradores da Aldeia Akajutibiró, Associação de Moradores de Forte Velho, Associação Comunitária de Educação e Cultura e o grupo de Ex-Usuários de Drogas.



ÉRIKA TARGINO

Dinâmicas marcam a formação



ÉRIKA TARGINO

Grupo troca experiências

Curso capacita grupos para atuação leiga

A primeira versão do Curso de Formação de Juristas Populares aconteceu no ano de 2001, tendo como objetivo capacitar grupos populares para melhor intervirem em suas ações jurídicas, nos espaços que os Juristas Populares podem intervir legalmente, a exemplo das curadorias e juizados especiais. “Pretendemos, com o curso, melhorar a atuação dos grupos populares, sensibilizando-os para uma intervenção mais cidadã”, informa o advogado Gustavo Castello Branco, que acompanhou o curso em 2003 e 2004.



Érika Targino

Juristas populares vão atuar nas curadorias e juizados especiais.